

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME XXIX



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1990

CENTENO, Rui M. S., *Circulação Monetária no Noroeste de Hispânia até 192*. Anexos “NVMMS”, n.º 1, Porto 1987 (Sociedade Portuguesa de Numismática), 1 voi., 23 mapas, 29 estampas.

Nesta obra que constitui a tese de doutoramento, apresentada em 1987 na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Rui Centeno analisa a circulação monetária no Noroeste peninsular desde a introdução da moeda que, em seu entender, se efectuou em meados do século I a. C., até à morte do imperador Cómodo.

O estudo da circulação monetária de um qualquer espaço é sempre um trabalho de grande importância: as informações que daí se podem retirar ultrapassam largamente o interesse de numismatas e são, muitas vezes, a forma de encontrar respostas a questões de natureza económica e social particularmente da região em estudo e que arqueólogos e historiadores dificilmente encontrariam nos textos antigos. Obviamente que a evidência e firmeza destas respostas depende, em boa parte, da riqueza quantitativa e do contexto e natureza do achado de material, bem como da coerência histórica do espaço geográfico e dos limites cronológicos estabelecidos.

No que se refere aos critérios dependentes de escolha pessoal—espaço e cronologia — não há dúvida que R. Centeno fez uma opção lógica e acertada: um espaço geográfico historicamente coerente, uma cronologia justificada por razões de ordem política e social e, também, por motivos que se prendem com a amoedação romana, já que “de uma forma geral o sistema monetário permaneceu até 192 praticamente o mesmo que a reforma de *Augustus* tinha introduzido” (p. 15). Quanto ao material disponível, factor que ultrapassa o querer do investigador, não se pode dizer que o autor tivesse usufruído dos melhores meios. De facto, o reduzido material (22000 moedas, das quais só foi possível classificar 8000), foi recolhido em informações muitas vezes dispersas, incompletas, que obrigaram a um imensurável trabalho de pesquisa bibliográfica e, não raro, à reclassificação do material.

O inventário de todo o material, 22000 moedas, constitui a primeira parte desta obra. As moedas são agrupadas em quatro secções: tesouros, achados de *aurei* isolados; achados avulsos e moedas hispânicas nos museus do Norte (p. 19), o que atesta bem o conhecimento das metodologias utilizadas neste tipo de descrição e das possibilidades de compreensão e de posterior utilização que elas possibilitam. É um trabalho extenso, baseado em exaustiva recolha bibliográfica donde transparece o esforço de clarificar o que as notícias referiam de forma duvidosa.

Na segunda parte, dividida em cinco capítulos e conclusões, o autor traça o quadro da circulação monetária no Noroeste. Análise bem esquematizada e ponderada a denotar um exemplar conhecimento da problemática, da circulação monetária peninsular. Os dados são tratados de forma cuidadosa e bem ordenados por períodos; os nove lugares escolhidos para estudo individual “com o objectivo de analisar a circulação da moeda em diferentes núcleos populacionais e confrontar possíveis variações” (p. 184) foram acertadamente seleccionados. R. Centeno sabe bem da insuficiência de informação que algum material lhe fornece e, por isso mesmo, apresenta algumas conclusões mais como um ponto de partida para futura investigação do que como uma afirmação (p. 276, p. ex.).

A “ilustração” dos dados por meio de quadros e histogramas evidencia a clareza que se pretende na análise e interpretações. Aliás essa intenção é visível na preocupação de iniciar esta parte com uma síntese relativa às informações que as moedas nos podem fornecer consoante a natureza e contexto de achado (p. 171) e com a explicação, mais ou

menos pormenorizada, dos critérios metodológicos adoptados, nalguns casos confrontando o alcance destes com o de outros preteridos (p. 174).

Analisando o conjunto dos achados monetários, o autor conclui que a utilização da moeda pelos povos do Noroeste é um fenómeno de finais da República (p. 187) e inicialmente limitada à região meridional, extensível ao restante território apenas na época de Augusto ou Tibério.

O grau de desgaste das moedas que constituem os tesouros cujos exemplares mais recentes se datam de *ante* 32-31 a. C. (Monte de Valadares, Poio, Izeda, etc.) sugerem, na opinião do autor, um ocultamento posterior a esta data e uma relação com as operações de 29 a. C. Sem questionar a certeza da afirmação, não excluiríamos, contudo, também a possibilidade de se poderem relacionar com campanhas anteriores. O tesouro do Poio (48 a. C), por exemplo, apresenta uma estrutura similar à dos conjuntos sertorianos, nomeadamente à do tesouro de Romariz (p. 194), de provável atribuição aos finais das guerras Sertorianas (cf. J. Alarcão, *O Domínio Romano em Portugal*, Lisboa, 1988, p. 24). Obviamente que essa atribuição não põe em causa o momento apontado para a utilização da moeda pelos povos do Noroeste.

Na abordagem global da estrutura dos tesouros, a sua repartição por períodos mostra que 50% termina com moedas da República, Augusto ou Tibério, facto que o autor justifica “devido ao clima de violência e insegurança que se teria vivido nesta ocasião” (p. 174). Se bem que não tenhamos fontes literárias que nos permitam deduzir com segurança qual a situação vivida no Noroeste após a guerra de 19 a. G, que eventualmente afectou toda a região, e no período que se lhe segue, parece certo que, após esta guerra, toda a região ficou pacificada, sendo improvável qualquer conflito de importância significativa durante o final do reinado de Augusto e no reinado de Tibério, pelo que a justificação para estes tesouros se deve procurar noutras circunstâncias. Aliás, é sabido que as moedas republicanas circularam pelo menos até ao início da segunda metade do século I: em Conimbriga (por exemplo) denários e asses foram encontrados em níveis flavianos com evidente circulação ainda nessa época (*Fouilles de Conimbriga III. Les Monnaies*, Paris, 1976, p. 200-201) pelo que talvez se deva ter isso em conta.

A grandeza dos tesouros, apresentada em *sestercii*, é globalmente pobre; constituem na maioria pequenas somas, muito provavelmente a “riqueza” de gentes de parcos recintos; mas há também tesouros que representam somas avultadas, como o de Alvarelhos, com 5000 *denarii* (c. 20000 HS) e o da região de Chaves com 5 700 *aurei* (c. 570000 HS). Temos dificuldade em seguir o autor e admitir que se trate de exemplos de existência, na região, de indivíduos com fortunas consideráveis (p. 180). Refira-se que o tesouro da região de Chaves representa uma quantia suficiente “para financiar o programa de construção augustano em Conimbriga” (p. 180) pelo que, e considerando o desenvolvimento e estrutura económica da região ao tempo de Augusto, talvez seja preferível deduzir, para estes depósitos, uma propriedade pública e/ou comunitária.

A época júlio-claudiana apresenta-se no seu todo como o momento em que a moeda se estende a toda a região, bem como a fase em que a moeda circula mais abundantemente: 45,24% do total de tesouros e 49,55% do total de moedas avulso pertencem a este período, constituindo o numerário proveniente dos centros emissores hispânicos 63,45% nos tesouros e 31,46% nas moedas avulso (p. 209).

A moeda em *AE* domina a circulação monetária, facto que é tomado como um índice da “monetarização” da economia, ainda que se admita, naturalmente, que a sua

utilização tenha sido mais intensa nos meios urbanos, onde as transformações económicas se produziram em primeiro lugar.

A época dos Flávios representa um momento de quebra no abastecimento de moeda à região (apenas 4,83% do total de moedas avulso). Ainda que a diminuição de numerário seja sobretudo sentida nos povoados indígenas (p. 261) esta quebra parece estranha num período a que tradicionalmente se reportam grandes investimentos em obras públicas e vias. Em Conimbriga, por exemplo, a circulação monetária deixa transparecer esse facto. Talvez no Noroeste as obras não tenham necessitado de muito numerário, sendo a requisição do trabalho o recurso utilizado, ou então essas obras terão sido executadas durante o reinado dos Antoninos, já que o numerário em circulação aumenta novamente entre Trajano e Adriano (p. 278), se bem que esta tendência de crescimento seja comum a outras áreas da Hispânia e do resto do Império, sem que isso signifique execução de um programa de construções.

A curva obtida para a circulação da moeda durante os reinados dos Antoninos desenha um pico durante o governo de Adriano e uma declinação que se inicia sob Cómodo (p. 278), panorama bastante semelhante ao de outras áreas da Península, indicando que neste momento o Noroeste não se distingue das restantes regiões da Hispânia. O autor acentua, porém, que os povoados castrejos, talvez à excepção da Citânia de Briteiros, não apresentam a mesma curva que os centros urbanos (p. 277), facto que derivará da circunstância de, por um lado, se assistir a um desenvolvimento económico das cidades e, por outro, à decadência ou abandono de vários povoados indígenas desde o século I, sendo o numerário do século II um resíduo da circulação monetária do século III, altura em que há uma nova ocupação destes povoados (p. 278).

No que concerne à circulação monetária deste período, R. Centeno deixa em aberto algumas questões que não pôde resolver totalmente devido à insuficiência de dados, optando, todavia, por perspectivar investigação futura, como, por exemplo, o significado da disparidade quantitativa dos tesouros: testemunhos de enfraquecimento da classe média? (p. 269).

Pelos critérios metodológicos adoptados, por se tratar do estudo global de uma região ao longo de um determinado espaço de tempo, este trabalho escreve uma nova página nos estudos de Numismática em Portugal, onde, à excepção do vol. III das *Fouilles de Conimbriga*, os estudos do numerário circulante se têm resumido a pequenos artigos, quase sempre com carácter de inventário descritivo das numismas.

Uma referência ainda às ilustrações: os histogramas são bem elaborados e as figuras e mapas elucidativos, qualidade que, infelizmente, não se repete nas estampas (a XXVI e as seguintes estão praticamente ilegíveis).

MARIA DA CONCEIÇÃO LOPES